

Por Bruna Chieco



Mesmo com a perspectiva de crescimento da taxa de juros nos próximos meses, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) ainda devem buscar alternativas de alocação de maior risco pensando em seu perfil de longo prazo. Uma das vias adotadas é diversificar os investimentos, incluindo nos portfólios aplicações em ativos fora do Brasil. Nesse sentido, os Brazilian Depositary Receipts (BDRs) relacionados a ETFs chegaram ao mercado permitindo acesso a diversas estratégias de alocação no exterior.

Apesar de ser um investimento internacional, esses ativos são considerados pela Previc e pela CVM como veículo doméstico, não entrando no limite de até 10% do patrimônio investido em fundos no exterior determinado para as EFPC segundo a Resolução nº 4.661/2018. Na visão de Marcelo Otávio Wagner (foto acima), Diretor de Investimentos da Previ e Secretário Executivo da Comissão Técnica de Investimentos da Abrapp, o BDR de ETF pode ser uma forma interessante de capturar fatores de risco/retorno diferenciados, não existentes no mercado doméstico. “Por serem ETFs negociados nos principais mercados bursáteis internacionais, esses recibos não têm o contratempo da liquidez, dado o volume negociado no exterior”, diz em entrevista ao Blog Abrapp em Foco.

Para Marcelo Wagner, os ETFs podem ser uma boa alternativa de diversificação, com característica de gestão passiva indexada de relativamente baixo custo, complementando outras estratégias ativas e/ou temáticas dos portfólios de previdência. “Os ETFs ideais são aqueles que possuem liquidez suficiente para comportar o tamanho da instituição ou da estratégia”, destaca.

BDRs de ETFs - Os BDRs de ETFs surgiram em agosto de 2020, trazidos pela BlackRock, que já lançou mais de 70 produtos deste tipo no Brasil. “Temos mais de 800 ETFs listados ao redor do

mundo, mas a grande questão era os fundos de pensão acessarem esse mercado. Isso sempre foi um pedido por uma questão regulatória”, explica Paula Salomonde, Diretora da BlackRock. Ela destaca que os ETFs são muito eficientes em termos de diversificação por se tratar de uma transação em bolsa muito acessível, com uma série de exposições diferentes. “Em um único trade é possível acessar o mundo inteiro, ou um setor específico, um país específico”.

Paula diz que para as EFPC que já estavam acessando o mercado internacional através de feeder funds e desejam complementar esses investimentos, os BDRs de ETFs conseguem agregar internacionalização às carteiras com maior diversificação. “Sabemos que vários fundos de pensão ainda não começaram a investir no exterior ou estão no início dessa diversificação, mas ainda assim os BDRs de ETFs são positivos para iniciar por serem mais baratos”, pontua.



Paulo de Sá, Gerente Executivo de Investimentos em Renda Variável e Imobiliários da Vivest

A Vivest, por exemplo, é uma das entidades que já atingiu o limite de 10% permitido para aplicações no exterior e agora está investindo em BDR de ETFs para continuar a ampliar a diversificação do seu portfólio. “Nós atingimos 10% em feeder funds porque na época não tinha essa quantidade de BDR de ETF disponível no mercado brasileiro”, explica Paulo de Sá, Gerente Executivo de Investimentos em Renda Variável e Imobiliários da fundação.

ETFs no Brasil - Por serem fundos de índices, os ETFs passaram por um período de maturidade entre os investidores no mercado brasileiro, que aos poucos foram compreendendo como incluí-los em sua carteira para fins de diversificação. “Quando os ETFs começaram a entrar no mercado, houve certa resistência, porque ele não continha inteligência no processo, análise fundamentalista, etc., que é o que o mercado está acostumado a seguir”, diz Paulo de Sá.



Sérgio Wilson, Diretor Executivo da Abrapp responsável pela área de Investimentos

Com o tempo, esses fundos demonstraram ser uma alternativa interessante, passando a ser um investimento que complementa os fundos de gestão ativa, destaca Paulo de Sá. “Vejo como uma alternativa complementar aos instrumentos utilizados desde então”, reforça.

Com a necessidade de ter mais exposição a risco, as EFPC passaram a olhar outras oportunidades em renda variável e em renda fixa a partir da discussão sobre se valeria a pena fazer gestão ativa ou gestão passiva. “O que vale é o asset allocation, ou seja, a definição dos percentuais em cada classe de ativo nas carteiras”, destaca Sérgio Wilson, Diretor Executivo da Abrapp responsável pela área de Investimentos.

Mas no Brasil, o mercado de ETFs ainda é restrito. Já com a possibilidade de fazer investimento no exterior a partir dos BDRs, abriu-se um leque, pontua Wilson. “Com os BDRs, passamos a ter um potencial de crescimento. O Brasil está no começo desse ciclo”, complementa.

Fonte: [Abrapp em Foco](#), em 29.10.2021.